

GT - DIREITO, ESTADO E FEMINISMOS NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SUPERLOTAÇÃO EM PRESÍDIOS FEMININOS BRASILEIROS: um estudo à luz do INFOPEN Mulheres

Milena da Silva Claudino
Camilla Souza Silva
Clarice Gomes de Medeiros Maia¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar um debate acerca da superlotação nos presídios femininos brasileiros encarando o aprisionamento de mulheres enquanto expressão de violência de gênero. Para possibilitar as discussões, este trabalho se utilizou dos dados fornecidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), relacionando-os a partir de material bibliográficos. Nesse contexto, pretende-se apontar, principalmente, que a chegada da mulher ao cárcere é consequência de uma série de violências de gênero, raça e classe, assim como é, também, extensão dessas agressões, que necessitam ser observadas/combatidas enquanto fenômeno social e, sobretudo, jurídico.

Palavras-chave: Aprisionamento. Mulheres. Presídios femininos. Violência de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A superlotação nos presídios brasileiros é, hoje, um dos maiores problemas a serem enfrentados pelo Estado - e pela sociedade - no que versa sobre direito penal, justiça e dignidade. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)², em pesquisa que reflete o cenário de 2016, a população prisional ultrapassou a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, o que representa, numa comparação com o ano de 1990, um aumento de mais de 700%. Todavia, apesar de tratar-se de uma necessidade emergencial, as políticas relativas ao cárcere no Brasil ainda surgem paliativas e pouco efetivas, principalmente no que versa sobre o enquadramento de condutas em leis, tempo de cumprimento de pena e ao próprio tratamento oferecido nas penitenciárias.

¹ Acadêmicas do Curso de Direito da UFRN. Integrantes do Grupo de Pesquisa Direito, Estado e Feminismos nos 30 anos da Constituição: estudos sobre interseccionalidade, coordenado pela Prof. Dra Mariana de Siqueira.

² Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>

Nesse contexto, para além do fenômeno de coisificação e desumanização, aos quais se sujeitam os infratores do Código Penal brasileiro, existe a necessidade de compreender a raiz desse excesso de aprisionamento. Em primeiro lugar, enquanto fenômeno sociológico, refletindo quais são os padrões que se repetem no que tange ao perfil da população carcerária, quais violências sociais antecedem o agente que comete litígios e o que pode sugerir uma motivação para o comportamento desviante. Em segundo lugar, enquanto fenômeno jurídico, o que implica tratar não somente de uma política criminal brasileira, mas de uma compreensão do crime e da postura de enfrentamento do Estado. Ou seja, é necessário compreender quais mecanismos do monopólio jurisdicional do Estado estão contribuindo para uma sobrecarga do sistema prisional e como a sociedade, de maneira geral, colabora com a permanência do comportamento desviante.

Assim, além do cerceamento relativo a raça e classe que, por si só, ressalta a forma como o Estado enfrenta as condutas criminosas no Brasil, há um recorte tão necessário quanto pouco debatido ao falar de cárcere: gênero. Muito embora os dados estatísticos sejam quantitativamente mais expressivos no que versa sobre o aprisionamento de pessoas do sexo masculino a necessidade de debater sobre o cárcere feminino é urgente. Isso se deve, principalmente, devido ao aumento do número de mulheres presas nas últimas décadas, uma vez que, no ano 2000, a população carcerária feminina era de menos de 6 mil mulheres e, em 2016, atingiu a marca de 42 mil¹.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo geral realizar um debate acerca da superlotação nos presídios femininos brasileiros, observando essa problemática sob a perspectiva da continuação da violência de gênero, raça e classe. Nesse sentido, tem-se como objetivos específicos: 1. Apresentar o perfil de mulheres presas no Brasil; 2. Analisar os tipos penais mais expressivos no aprisionamento de mulheres. A necessidade de discussão do tema surge, notadamente, do aumento do número de presas no Brasil; do confronto entre a forma como se pensa a função da pena e como se dá a execução das ações estatais sobre o aprisionamento feminino; e, principalmente, pelo duplo estigma social em torno dessas mulheres: primeiro em

relação a criminalidade e, segundo, por divergirem do comportamento esperado para o sexo feminino.

2 METODOLOGIA

Assim, frente a possível relação de descasamento entre a doutrina, a lei, as sentenças, o cumprimento de pena, a própria função da pena e a realidade social das apenadas, a pergunta gerativa desta pesquisa emerge quase naturalmente: como se dá a aplicação do monopólio jurisdicional do Estado sobre as mulheres? Dessa forma, esse estudo segue os métodos Bibliográfico e Documental, compreendendo que a linha tênue entre esses dois métodos se dá pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa Bibliográfica se desenvolve com base em material já elaborado, tais como livros e publicações periódicas a Documental vale-se, normalmente, de materiais que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2002) o que pode ser interpretado extensivamente para documento de conteúdo oficial.

Nesse ínterim, a pesquisa segue uma perspectiva de análise de dados do INFOPEN Mulheres, dada a importância de tal sistema de informações estatísticas para o debate sobre os problemas carcerários, pois permite um diagnóstico detalhado da realidade penal brasileira¹. Contudo, é mister deixar em evidência os 10 anos da falta de atenção, do próprio sistema de dados, às peculiaridades das mulheres em privação de liberdade, tendo em vista que o INFOPEN desde o seu início, em 2004, não se preocupava em fazer o recorte de gênero. Apenas em 2014 fora lançado o INFOPEN Mulheres, sendo este o primeiro diagnóstico com os dados relativos à população penitenciária feminina, cumprindo, assim, a primeira meta da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - PNAME.

Dessa forma, este estudo foi iniciado com um debate acerca de gênero e estigmas sociais seguida de uma leitura sobre a função da pena e direito penal enquanto último recurso. As discussões se fundam nos seguintes recortes: o perfil social da mulher presidiária brasileira e os tipos penais cometidos ou tentados por

¹Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>>

estas. Nesse contexto, as análises se propõem a realizar cruzamento entre as variáveis indicando relações entre estas, diferentemente do INFOPEN Mulheres que se limita a apresentar dados estatísticos¹.

3 GÊNERO E ESTIGMAS SOCIAIS

A ocupação de espaços públicos por mulheres não configura uma dinâmica simples, uma vez que, historicamente, estão dedicadas ao espaço privado dos lares e silenciadas, dominadas, violentadas nas majoritárias situações em que ousam ter voz. Notadamente, os dilemas não surgem nas atuações de mulheres que se apoiam em papéis tradicionais para agir publicamente, como os manifestos por alimentos ou ações de caridade, mas, sim, quando ousam agir em papéis tipicamente masculinos (PERROT, 2008) ou em papéis que subvertem a lógica patriarcal, tais como o exercício e domínio da própria sexualidade.

Nesse ínterim, a expressão “mulher pública”, assim como outras palavras que indicam muito das mudanças de uma época, carrega um papel histórico de conquistas por se fundar na superação de exclusões e humilhações. Isso se nota, por exemplo, porque há alguns anos esse termo denotava um setor feminino estigmatizado, marginalizado e ligado à prostituição (RAGO, 2004). Logo, compreende-se a existência de uma divisão histórica amparada por preceitos morais do que convém ou não à mulher, cabendo a elas a legitimidade para agir no espaço privado do lar sob a tutela do homem (pai, marido), mas não nos espaços públicos. Isso pode ser identificado nas legislações, enquanto reflexo da sociedade, por exemplo, no Decreto 21.417-A de 1932, no qual ficava proibido à mulher exercer trabalho no período noturno.

Para, além disso, o trabalho feminino, apesar de invisível, sempre foi uma realidade - de ordem doméstica, pouco valorizado, não remunerado (PERROT 2008).

¹ É importante ressaltar que, por limitações na metodologia do levantamento do Infopen, não é possível realizar cruzamentos entre as variáveis de perfil da população prisional, uma vez que os dados têm como menor unidade de análise o contingente agregado da população em determinado estabelecimento penal, o que impossibilita a desagregação ao nível da pessoa privada de liberdade . Nesse sentido, serão apresentadas as distribuições da população prisional por Unidade da Federação de acordo com as categorias de perfil cobertas pelo levantamento e comparadas aos parâmetros observados na população brasileira geral, quando couber” (INFOPEN MULHERES, 2016, p. 37).

Os ofícios fora do lar, por sua vez, refletiam os dilemas sociais - as mulheres não passavam de ajudantes dos maridos em lojas e feiras - o que configura, ainda, um pesar para a identidade da mulher que é moldada sob o estereótipo da boa mãe, dona-de-casa, esposa, dócil, frágil; padrão que segue resistente às revoluções por igualdade.

Assim, a condição de "mulher criminosa" configura, de modo geral, um rompimento com as condutas de gênero esperadas, uma vez que a sociedade indica às mulheres um padrão de retidão da vida pública e em uma construção sociocultural da qual fala Simone de Beauvoir, que consiste num ideal de mulher feito de contenção, descrição doçura, passividade, pudor, silêncio e submissão (MATOS; SOIHET, 2003). No entanto, é necessário pensar as temáticas de gênero à luz da interseccionalidade, ou seja, da renúncia de uma compreensão universal para considerar fatores como raça, orientação sexual e identidade de gênero (RIBEIRO, 2017) que variam a depender da condição social em que estão inseridas.

Isso possibilita dizer, portanto, que a mulher negra não segue esse estigma de docilidade, beleza e fragilidade mencionado anteriormente. Enquanto infratora, em uma sociedade dominada pelo preconceito e senso comum, que não acredita na ressocialização e tampouco colabora para que esta ocorra, tem-se como consequência o estigma contrário: é, desde cedo, subjugada, em uma sociedade racista que dá a essas mulheres menos oportunidade de acesso ao mercado de trabalho¹, seja por seus traços não se adequarem ao padrão de "boa aparência" estabelecido, seja pelo pensamento velado, fruto da escravidão, de que pessoas negras e/ou pobres não são aptas a realizar de forma responsável os trabalhos intelectuais². Diante disso, tem-se como consequência a falta de independência

¹ Uma questão preocupante para as mulheres afro-americanas é o desemprego. De fato, o pré-requisito mais importante para o empoderamento é a possibilidade de obter um sustento adequado" (DAVIS, 2017, p. 19).

² "Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos dos mitos duradouros sobre a 'imoralidade' das mulheres negras. Nesse clássico 'círculo vicioso', o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas como 'ineptas' e 'promíscuas'. Mas aparentes inépcia e promiscuidade são mitos que confirmam repetidamente pelo trabalho degradante que elas são obrigadas a fazer". (DAVIS, 2016, p. 100)

econômica e os litígios, como alternativa¹, visto que, para muitas realidades, é a forma mais fácil e menos humilhante de adquirir sustento.

4 A FUNÇÃO DA PENA E O DIREITO PENAL ENQUANTO ÚLTIMO RECURSO

A finalidade do Direito Penal consiste na proteção dos bens jurídicos, ou seja, dos bens vitais para a sociedade e para o indivíduo, sendo a pena o instrumento de coerção para a proteção desses bens (GRECO, 2015). Nesse sentido, segundo Welzel, citado por Bitencourt (2017), a função central do direito penal é a ético-social, seguida, consequentemente, da função preventiva.

Assim, o Direito Penal tratará de tutelar bens que não puderem ser suficientemente protegidos por outros ramos do direito, tais como o Direito Civil e o Administrativo. Logo, deve interferir o menos possível na vida em sociedade e ser convocado somente em situação que as demais áreas do direito não sejam suficientes. Essa ideia expressa o que configura o Direito Penal enquanto último recurso (de intervenção a comportamentos).

Nesse íterim, o Princípio da Intervenção Mínima rege e limita o poder punitivo do Estado, não somente apontando bens de maior relevo para serem tutelados pelo Direito Penal, mas, como indica Greco (2015) fazendo com que ocorra a descriminalização. Isso se deve, principalmente, porque da mesma forma que os bens podem ser indicados para estar sob tutela do Direito Penal, o legislador, atento às mudanças em sociedade, pode identificar bens que não mais necessitam ser tutelados pelo Direito Penal, como foi o caso do crime de sedução.

Nessa perspectiva, o Código Penal Brasileiro adota como função da pena a Teoria Mista ou Unificadora da Pena que indica, basicamente, o poder de punição do Estado enquanto detentor do monopólio jurisdicional - ou seja, somente a ele cabe o direito de punir. Entretanto, a pena deve ser enxergada como garantidora da prevenção e ressocialização do indivíduo visando a possibilidade de reflexão do apenado sobre o crime cometido na perspectiva de que não venha a cometer futuros delitos.

¹ Questão que indica, sobretudo, um ciclo de opressão responsável pelo fato de muitas mulheres negras recorrerem às drogas como meio de aliviar a pobreza (DAVIS, 2017).

Contudo, se por um lado a aplicação do Direito Penal é regida pelo Princípio da Intervenção Mínima e a função da pena indica a necessidade de ressocialização do indivíduo, por outro, os presídios brasileiros não conseguem ser efetivos e destacam alto índice de aprisionamento, conforme apontam os dados do INFOPEN 2016, passando de 401,2 mil em 2006 para 726,7 em 2016.

Dessa forma, é mister a fala de André Copetti, citado por Greco (2015), quando diz que por ser o direito penal o mais violento dos instrumentos normativos, uma vez que interfere no direito de ir e vir, deve ser minimamente utilizado. Logo, nessa mesma perspectiva, deve-se dar preferência às possibilidades extrapenais para solução de conflito e se utilizar do direito penal já quando não houver mais alternativas disponíveis. Entretanto, observa-se que um dos primeiros contatos dos apenados com o Estado é pela mão do direito penal; uma vez que lhe falta escolaridade, assistência social ou mesmo punição alternativa a crimes de baixo impacto.

5 O APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

As análises acerca dos indicadores do INFOPEN Mulheres se darão sob a perspectiva do perfil das presas do sexo feminino no Brasil e, sequencialmente, a partir do tipo penal consumado ou tentado pelas apenadas.

5.1 PERFIL DAS PRESIDÁRIAS BRASILEIRAS

Apesar da necessidade de fazer recortes acerca das peculiaridades presentes nos perfis das presidiárias para compreender a realidade social anterior ao encarceramento, é pouco efetivo realizar essa discussão tratando as categorias de forma isolada, uma vez que, na realidade, se somam e tomam a forma do padrão de mulher apenada. Logo, nos propomos a cruzar essas categorias do perfil estruturado pelo INFOPEN Mulheres à luz de material bibliográfico.

O quadro abaixo, elaborado a partir dos dados indicados pelo INFOPEN Mulheres 2016, expressa o panorama geral do perfil das mulheres presidiárias no Brasil. Assim, as categorias destacadas são: faixa etária, raça, estado civil, escolaridade e número de filhos.

Quadro 1 - Perfil das mulheres presas no Brasil segundo o INFOPEN Mulheres de 2016

FAIXA ETÁRIA	18 - 24 anos	27 %	RAÇA	Brancas	27 %
	25 -29 anos	23 %		Negras	62 %
	30 - 34 anos	18 %		Amarelas	0%
	35 - 45 anos	21 %		Indígenas	1%
	46 - 60 anos	9%		Outros	0%
	61 anos ou mais	1%	ESTADO CIVIL	Solteira	62 %
	Mais de 70 anos	0%		União estável	23 %
				Casada	9%
Separada Judicialmente				2%	
ESCOLARIDADE	Analfabetas	2%			Divorciada
	Alfabetizadas	3%	Viúva		2%
	Ensino Fundamental Incompleto	45 %	FILHOS	Sem filhos	26 %
	Ensino Fundamental Completo	15 %		1 filho	18 %
	Ensino médio incompleto	17 %		2 filhos	20 %
	Ensino médio completo	15 %		3 filhos	17 %
	Ensino superior incompleto	2%		4 filhos	8%
	Ensino superior completo	1%		5 filhos	5%
	Ensino acima de superior completo	0%		6 filhos ou mais	7%

Fonte: elaboração própria. Dados: INFOPEN Mulheres, 2016.

Historicamente, as mulheres tiveram seus direitos limitados e suas vidas sob domínio do marido, da família, da igreja ou do Estado, sendo essa relação de poder pautada em violência, seja ela física, psicológica, institucional ou patrimonial. Nessa lógica, os presídios, enquanto espaços criados pela sociedade para serem compostos

por pessoas que transgridem regras dessa sociedade necessita ser pensado à luz desses mesmos valores, tal como microcosmo social que é, mas lapidado sob a égide da marginalização e da manutenção de valores excludentes.

Logo, o “universo dos litígios” deve ser também compreendido como estrutura que se estabelece em sociedade e não fora dela. Ou seja, se a relação entre homens e mulheres é fundada no patriarcado que, enquanto estrutura de poder, impõe a dominação da figura masculina sobre a feminina, os crimes tendem a ocorrer sob a mesma perspectiva.

Assim, o aprisionamento de mulheres é antecedido por uma série de violências fundamentadas em gênero, raça e classe. Isso se diz, primeiramente, porque a visão imediata a respeito do perfil dessas mulheres é: negra, de baixa escolaridade, jovem, solteira e mãe. E, num segundo plano, porque a mulher em cárcere representa, sobretudo, uma ruptura com o ideal de mulher esperado/imposto pela sociedade, indicando uma ideia mais acentuada de desprezo.

Em um cruzamento dessas categorias, identificamos que a maioria dessas mulheres é negra (62%) e de baixa escolaridade, possuindo majoritariamente (45%) somente o Ensino Fundamental Incompleto. Essa realidade observada lado a lado nos permite realizar um resgate acerca dos espaços historicamente ocupados por mulheres negras. Segundo Angela Davis (2017), as violências contra os direitos econômicos - mercado de trabalho, acesso a renda - e políticos - sufrágio - afetam mais gravemente as mulheres de minorias étnicas e brancas de classe trabalhadora. Isso porque as dinâmicas de exclusão e encarceramento fundadas no regime escravista não se dissolvem facilmente. Logo, o acesso ao mercado de trabalho e aos espaços acadêmicos são menos acessíveis a mulheres de baixa escolaridade e negras que estão, historicamente, destinadas às atividades tidas como menos importantes e que exigem menos esforço intelectual.

Ainda segundo o INFOPEN Mulheres 2016, 50% das presidiárias possuem idades entre 18 e 29 anos - o que oficialmente têm-se como Jovem. Ou seja, trata-se de pessoas no período mais economicamente ativo da vida, que deveriam, após o pagamento de sua pena, integrar o mercado de trabalho, como busca de

independência econômica para a possibilidade de uma vida fora dos litígios. Além disso, 65% dessas mulheres têm pelo menos 1 filho, o que indica a necessidade de pensar o aprisionamento não somente sob uma perspectiva de punição para a mulher, mas de adequá-la às características de uma mulher mãe que majoritariamente é a única responsável pela educação dos filhos. Isso deve ser considerado, também, quando observamos que 62% dessas mulheres são solteiras.

A condição da maternidade atrelada à raça e baixa idade configura mais uma violência social sobre a qual fala Davis:

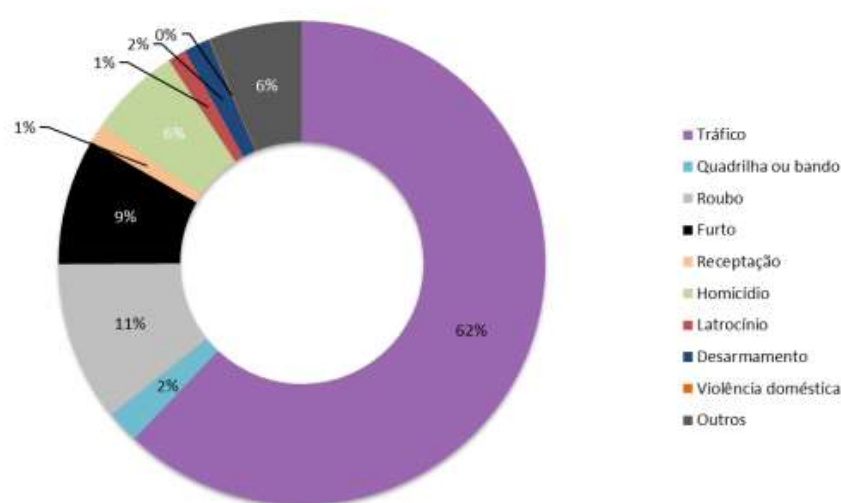
As mistificações midiáticas não deveriam ofuscar um fato simples e patente: as adolescentes negras não criam a pobreza ao dar à luz. Pelo contrário, elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres - porque não têm oportunidade de receber educação, porque para elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados nem a formas criativas de lazer. Elas são mães em uma idade tão precoce porque métodos seguros e efetivos de contracepção não estão disponíveis para elas (DAVIS, p. 33, 2017).

Nesse contexto, comumente essas mulheres são detidas pela polícia na própria residência. Isso se deve, principalmente, porque diferente do homem, assumem o papel de cuidar da casa e dos filhos e dedicam mais tempo às atividades do lar. Consequentemente, a prisão dessas mulheres indica impactos extramuros, tais como a perda do poder sobre os filhos e a possível destinação das crianças para abrigos, o que além da quebra de laços afetivos, pode permitir a adoção dessas crianças por outra família ou mesmo a captação pelo tráfico. Além disso, as categorias faixa etária, baixa escolaridade e maternidade indicam maior possibilidade de integrarem relacionamentos tipicamente abusivos e serem motivadas a integrar o crime por seus companheiros, principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas.

5.2 TIPOS PENAS COMETIDOS OU TENTADOS POR MULHERES PRESIDIÁRIAS NO BRASIL

Tipo penal é uma descrição em lei de uma conduta humana sobre a qual recai o direito penal. Nesse contexto, o gráfico abaixo indica em porcentagem por quais tipos penais as mulheres presas respondem.

Gráfico 1 - Tipos penais para crimes tentados ou consumados praticados por mulheres



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

A prisão das mulheres é majoritariamente uma condição de gênero por se conduzir a partir de um quadro de repetidas violências. No tópico acima, identificamos no perfil das apenadas as condições sociais que contribuem para a chegada às celas. Nesse ponto, contudo, observamos quais mecanismos do monopólio jurisdicional do Estado são responsáveis pelo aprisionamento de mulheres.

Entre os anos 2006 e 2016 a evolução do índice de aprisionamento feminino saltou de 17,2 para 42,4 (em mil)¹, assim como, no ano de 2016, o tráfico de drogas foi responsável por significativos 62% das prisões de mulheres. Por isso, primeiramente, compreende-se que mais da metade da população carcerária feminina se enquadra em um tipo penal situado no centro da política de combate às drogas no país que segue legitimado pelo discurso em torno da saúde pública e, em segundo lugar, tem-se a participação da Lei 13.343 de 2006, mais conhecida como Lei de Drogas que

¹ INFOPEN MULHERES, 2016.

apresenta diversos problemas estruturais capazes de contribuir para o aumento desses índices.

Destarte, a referida Lei não é taxativa quanto ao que diferencia traficante de usuário de drogas e recorre a critérios subjetivos para essa determinação, deixando-a sob tutela do juiz¹ - que também será responsável por atentar para as "circunstâncias sociais e pessoais" do agente. Esse último ponto representa um grave problema principalmente ao se observar o contexto em que a Lei de Drogas foi instituída²: uma onda de insegurança pública. Nesses casos, a repressão por meio do judiciário legitima práticas pouco efetivas e desnecessárias - do ponto de vista da ressocialização do agente - a partir do mito de que com mais pessoas presas as ruas ficarão mais seguras.

Nesse íterim, a mulher no mundo do crime reflete a própria posição da mulher em sociedade: braço de apoio ao homem. Isso se deve pela prática de litígios estar notadamente associada ao apoio aos companheiros por mulheres jovens, de baixa escolaridade, em condições coadjuvantes, quase sempre realizando serviço de transporte de drogas - se utilizando dos próprios corpos - e pequeno comércio³. Para além do tráfico, furto e roubo somam 15% das prisões femininas, o que presume a ideia de que a prisão de mulheres se dá em crimes de baixa periculosidade e que não atentam diretamente contra a vida. A isso se deve a necessidade de compreender a função da pena e do direito penal enquanto último recurso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas relativos aos direitos, garantias fundamentais e recursos assistenciais às mulheres estão longe de cessar e é nesse ambiente de cerceamento que se funda a raiz para o encarceramento feminino. Pensar a prisão das mulheres negras e pobres, majoritariamente, pelo tráfico e por crimes contra o patrimônio é pensar num aprisionamento por gênero, raça e classe, além de implicar, notadamente, na tentativa

¹ Lei 13.343, art. 28, § 2º - Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

² Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/01/14/Lei-de-Drogas-a-distin%C3%A7%C3%A3o-entre-usu%C3%A1rio-e-traficante-o-impacto-nas-pris%C3%B5es-e-o-debate-no-pa%C3%ADs>>

³ INFOPEN, 2014.

de apagamento de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Nesse sentido, o direito penal, pensado, teoricamente, na lógica da ressocialização e em último recurso se dá contrariamente de forma imediatista e exclusiva.

No curso desse estudo, fomos surpreendidas com o seguinte questionamento: como debater com uma sociedade que trata com estigma mulheres negras, pobres, mães e de baixa escolaridade se os indicadores sociais as apontam como majoritárias nos índices de cárcere? Isso nos motiva a compreender a visão social numa lógica cíclica que, primeiramente, exclui, humilha, violenta e, posteriormente, utiliza-se das consequências das próprias ações/omissões para legitimar um discurso.

Nessa perspectiva, a inclusão dessa pesquisa em pauta sugere, sobretudo, a necessidade de se debater na esfera jurídica as influências dos problemas de gênero para o aprisionamento de mulheres, principalmente no que versa sobre a Lei de Drogas e entendimentos relativos aos crimes contra o patrimônio.

Além disso, compreendemos que o INFOPEN Mulheres, enquanto mecanismo para indentificar o estado das prisões femininas no Brasil, carece de maior esforço metodológico para apresentar dados mais apurados. Sugerimos, portanto, que se invista em ferramentas para tratar subcategorias dentro das categorias apresentadas, por exemplo, identificando quantas mulheres negras são mães; qual a escolaridade e faixa etária das mulheres negras; quais as ramificações dentro dos tipos penais consumados ou tentados.

Ciente da impossibilidade de esgotar o tema e da necessidade de realizar um debate mais amplo, este estudo sugere, por fim, que novas pesquisas sejam realizadas no intuito investigar como se dá a vida dessas mulheres no pós cárcere e quais os impactos das ações e omissões do Estado e da sociedade, de modo geral.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial 2: crimes contra a pessoa. - 17. ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.



DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres - 2ª edição. / Organização, Thandara Santos; Colaboração, Marlene Inês da Rosa. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MATOS, M.I.S.; SOIHET, R. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. - 1. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, DJAMILA. **FEMINISMO NEGRO: PARA ALÉM DE UM DISCURSO IDENTITÁRIO**. DISPONÍVEL EM: [<HTTPS://REVISTACULT.UOL.COM.BR/HOME/FEMINISMO-NEGRO-PARA-ALEM-DE-UM-DISCURSO-IDENTITARIO/>](https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/) ACESSO EM: 18 DE ABRIL DE 2019.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Organizadores). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. - 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.